

DECISÃO RECURSAL

Recorrentes:

Ronaldo Alves Game Rios

Atatiane Qualhato de Oliveira

Hallisson de Freitas Ribeiro

Ícaro Márcio Flores Melo

Beatriz de Sousa Oliveira

Eduardo Silva de Almeida Júnior

Enielson Limiro

Marcileuza Abadia Borges Mota

Francielly Amorim dos Santos

Milka Luciana Pereira Gomes

Trata-se de recursos impetrados pelos candidatos acima identificados visando a anulação das questões 05; 07; 11 e 13, bem como apontam a quebra da isonomia devido a utilização de celulares durante a aplicação da prova e pela reiterada conduta dos candidatos em se ausentarem da sala para irem ao banheiro.

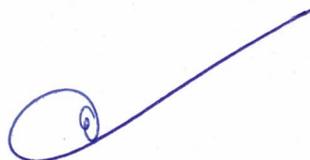
Alegam resumidamente que a questão 05 deve ser anulada por não apresentar enunciado suficiente para identificação da alternativa correta; que a questão 07 deve ser anulada pela ausência de referência de que seria o Pedro dentro do enredo criado; que a questão 11 não está de acordo com a Lei 8.069/1990; e que a questão 13 deve ser anulada devido ao erro na enumeração dos itens do enunciado.

Interpuseram os recursos em 20/06/2021 junto ao protocolo municipal e por isso tempestivos.

Passamos a analisar cada ponto.

A) SOBRE A QUESTÃO 05

A questão 5 apresenta o seguinte enunciado e alternativas:



QUESTÃO 05: A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Marque a alternativa que apresenta o serviço de Assistência Social desenvolvido pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS):

- (A) Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos;
- (B) Serviço de liberdade assistida;
- (C) Serviço de Atendimento domiciliar às crianças com insegurança alimentar e nutricional;
- (D) Prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social.

E de acordo com a Lei 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social:

Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

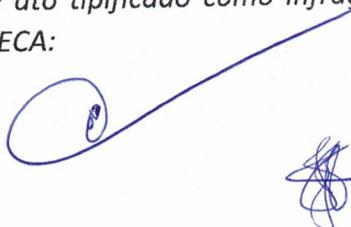
Assim verifica-se que a alternativa reproduziu exatamente o texto da lei, sem apresentar nenhuma obscuridade ou contradição.

Dessa forma, a questão e seu respectivo gabarito deve ser mantido.

B) SOBRE A QUESTÃO 07

A questão 07 assevera o seguinte:

QUESTÃO 07: O adolescente G., 15 anos, filho de J., foi surpreendido por seu pai enquanto falava pela internet com Fábio, 30 anos, que o induzia à prática de ato tipificado como infração penal. Pedro informou imediatamente o ocorrido à autoridade policial, que instaurou a persecução penal cabível. No caso narrado, ao induzir o adolescente G. à prática de ato tipificado como infração penal, a conduta de Fábio, conforme o artigo 244-B do ECA:



(A). *Configura crime nos termos do ECA, ainda que realizada por meio eletrônico e que não venha a ser provada a corrupção do adolescente, por se tratar de delito formal.*

(B). *Configura crime nos termos do ECA, pois a mera indução sem a prática do ato pelo adolescente configura infração administrativa, já que se trata de delito material.*

(C). *Configura infração penal, tipificada na Lei de Contravenções Penais, mas a materialidade do crime com a prova da corrupção do adolescente é imprescindível à condenação do réu em observância ao princípio do favor rei.*

(D). *Não configura crime nos termos estabelecidos pelo ECA, posto que inexistente tipificação se o ato for praticado por meio eletrônico, não havendo de se aplicar analogia in malam partem.*

Verifica-se realmente que o enunciado não apresenta quem seria Pedro dentro do contexto apresentado. Todavia, a ausência da informação não impediu a compreensão do comando nem mesmo das alternativas.

Assim, ainda que ausente a informação, o candidato não restou prejudicado.

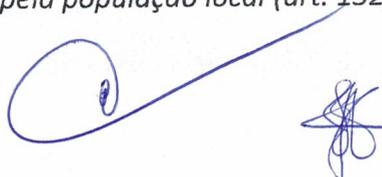
Dessa forma, a questão e seu respectivo gabarito deve ser mantido.

C) SOBRE A QUESTÃO 11

A questão 11 apresenta o seguinte texto:

QUESTÃO 11: A Constituição da República de 1988, em seu art. 227, estabeleceu ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, uma série de direitos sociais e individuais como o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, entre outros, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse cenário, com o intuito de cumprir o comando constitucional e efetivar o atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente previu a instituição do Conselho Tutelar como o órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Acerca do Conselho Tutelar responda (V) para Verdadeiro e (F) para Falso:

() É um órgão público municipal, de natureza colegiada, integrante do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, composto por 5 (cinco) conselheiros tutelares eleitos pela população local (art. 132, ECA).



() Possui três características fundamentais: a permanência, a autonomia e o não exercício de jurisdição (art. 131, ECA).

() Não deve assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 136, ECA).

() Deve representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural (art. 136, ECA).

() Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

(A). VFVVV

(B). VFFVV

(C). VVVVV

(D). VVFVV

Verifica-se que a questão trata de verificação de conhecimento quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069, de 1990. E essa referida norma assevera que:

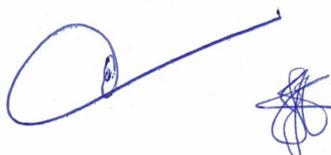
Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência



XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Portanto, verifica-se que as alternativas reproduzem quase que a literalidade do texto legal, não havendo fundamento para a alegação de não compatibilidade com a referida norma.

Dessa forma, a questão e seu respectivo gabarito deve ser mantido.

D) SOBRE A QUESTÃO 13

Por fim, a questão 13 foi apresentada ao candidato com os seguintes dizeres:

QUESTÃO 13: Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente quais medidas descritas abaixo?

I – Advertência.

I – Obrigação de reparar o dano.

III – Prestação de serviços à comunidade.

IV – Liberdade assistida.

V – Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

VI – Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

(A) Apenas os itens I, II, III, IV.

(B) Apenas os itens I, II, IV.

(C) Apenas os itens I, II, III, V e VI.

(D) Todas as medidas citadas acima.

Verifica-se que erroneamente a penalidade “Obrigação de reparar o dano” foi identificada pelo símbolo I, ao invés do símbolo II.

Assim o erro material da questão poderia ter levado o candidato a dificuldade em assinalar a alternativa correta.

Dessa forma, entendemos ser necessário anular a questão nº 13 e atribuir a pontuação referente a referida questão a todos os candidatos.

E) SOBRE A ALEGAÇÃO DE QUEBRA DA ISONOMIA

Já sobre a alegação de que os candidatos portavam celulares e que alguns se saíram múltiplas vezes para ir ao banheiro, verifica-se que a aplicação das provas foi acompanhadas por 6 servidores públicos que acompanhavam os candidatos dentro e fora de sala, de forma a garantir a lisura do certame. E dessa fiscalização, não constou qualquer intercorrência ou apontamento por parte dos servidores.

Assim, por ausência de indícios e provas, não há qualquer possibilidade de anular o certame.

DISPOSIÇÃO FINAL

Assim entende a Comissão por anular a questão 13 e atribuir a respectiva pontuação a todos os candidatos e manter o gabarito preliminar quanto as demais questões.

Goianira, 21 de junho de 2023

Eliete Gonçalves da Silva Lopes

Juliana de Fatima Silva Ramos
Juliana de Fatima Silva Ramos

OSVANDI RAIONI
SOARES
ASSOLARI:03162178
169

Assinado de forma digital por
OSVANDI RAIONI SOARES
ASSOLARI:03162178169
Dados: 2023.06.21 16:06:40
-03'00'

Osvandi Raioni Soares Assolari